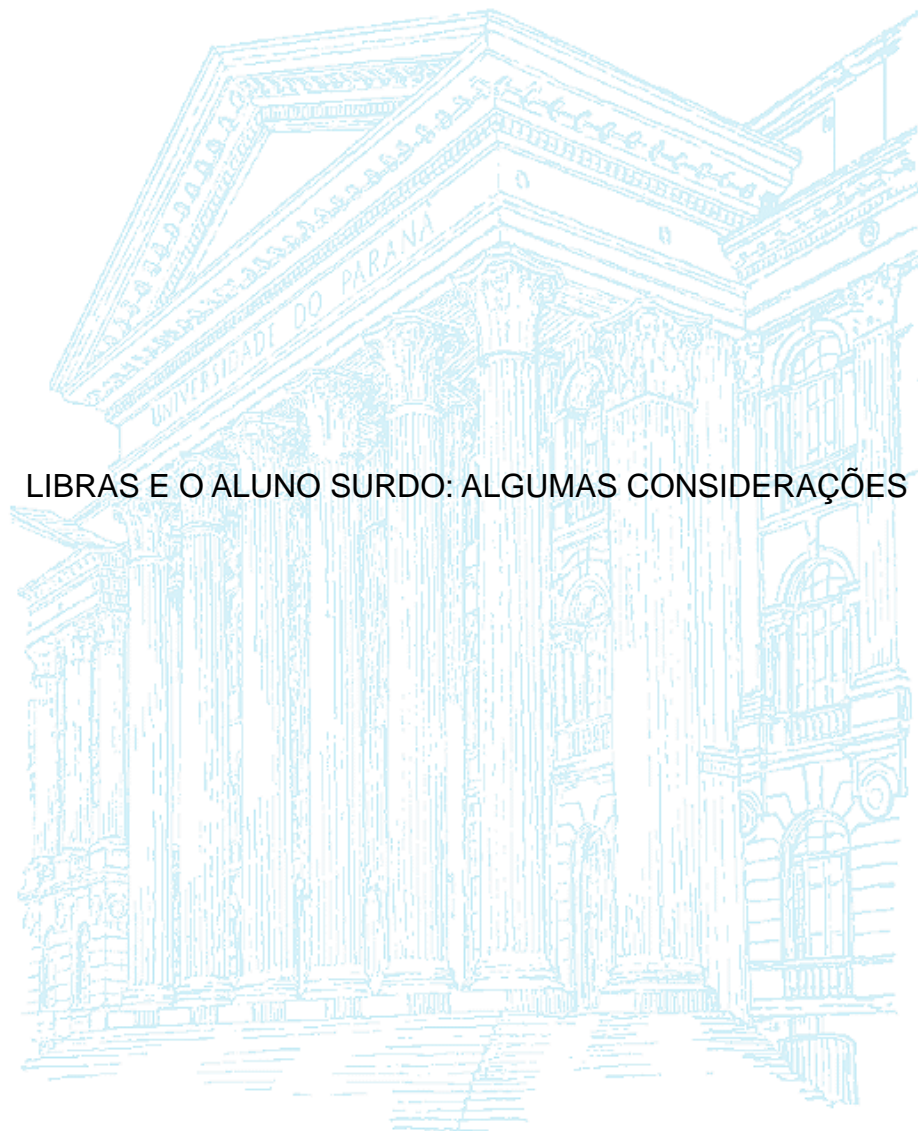


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABRÍCIA DOS SANTOS ESKELSEN



LIBRAS E O ALUNO SURDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

BLUMENAU

2016

FABRÍCIA DOS SANTOS ESKELSEN

LIBRAS E O ALUNO SURDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Douglas Ortiz Hamermüller

BLUMENAU

2016

LIBRAS E O ALUNO SURDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fabírcia dos Santos Eskelsen¹

Resumo: Esta pesquisa está voltada para discussão sobre a inclusão do aluno surdo na escola regular, fundamentada na necessidade do resgate, integração, inclusão e formação destes indivíduos no meio social. Objetivando compreender o processo de inclusão dos surdos ao meio educacional. A metodologia utilizada contempla a pesquisa bibliográfica, onde os autores que mais contribuíram para este trabalho foram Quadros (2005), Goldfeld (2002) e Mantoan (2003). O estudo contempla aspectos relacionados às leis no campo da deficiência auditiva, a definição de surdez, o contexto da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e apresenta ações que visam qualificar a relação aluno surdo e professor. Como reflexões, apontamos que para que o aluno surdo possa ter uma formação completa, é necessário que a escola tenha um intérprete em sala de aula e que os professores tenham uma formação adequada em LIBRAS.

Palavras-chave: Alunos Surdos. Libras. Professores.

Abstract: This research is focused on discussion of the inclusion of deaf students in regular schools, based on the need to recover, integration, inclusion and training of these individuals in the social environment. Aiming to understand the process of inclusion of deaf to the educational environment. The methodology includes the literature where the authors who contributed to this work were Quadros (2005) Goldfeld (2002) and Mantoan (2003). The study includes aspects related to the laws in the field of hearing impairment, the definition of deafness, the context of Brazilian Sign Language (Libras) and presents actions that aim to qualify the relationship deaf student and teacher. As reflections, we point out that for the deaf student can have a complete formation, it is necessary that the school has an interpreter in the classroom and that teachers have appropriate training in POUNDS.

Keywords: Deaf Students. Pounds. Teachers.

¹ Universidade Leonardo Da Vinci; E-mail: titafaby@gmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SURDOS NO BRASIL	6
METODOLOGIA.....	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está voltada para discussão sobre a inclusão do aluno surdo na escola regular, fundamentada na necessidade do resgate, integração, inclusão e formação destes indivíduos no meio social. Objetivando compreender o processo de inclusão dos surdos ao meio educacional. Nessa perspectiva os objetivos específicos deste trabalho consistem em refletir sobre o processo educacional com a compreensão da educação inclusiva. São aspectos relacionados às leis no campo da deficiência auditiva, a definição de surdez e o contexto da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O estudo objetiva também investigar as relações de poder e os mecanismos de exclusão/inclusão que permeiam as práticas discursivas no contexto aluno, escola, professor.

A metodologia utilizada contempla a pesquisa bibliográfica com fontes de obras impressas e consultas a *internet*, onde os autores que contribuíram para este trabalho foram Quadros (2005), Goldfeld (2002) e Mantoan (2003). Ocorreu também durante a pesquisa uma coleta de dados por meio de um questionário, no qual objetiva-se reunir mais informações de como está sendo feito e direcionado tudo que diz respeito a LIBRAS (APÊNDICE A) formulado por questões relacionadas e abertas direcionadas aos diretores, professores, intérpretes e alunos surdos, de quatro escolas regulares de Blumenau, SC.

A razão que fomentou esta pesquisa foi o gosto pela LIBRAS que a pesquisadora tem desde o tempo em que estudava no ensino primário. Havia na escola uma aluna surda, e apenas uma professora se comunicava com ela, nenhum outro professor e nem alunos se comunicavam com ela. Quando alguém tentava se comunicar ela geralmente era agressiva. Até mesmo porque todas as crianças debochavam dela e a denominaram de “retardada” pela sua agressividade com os demais alunos e por ser surda e “não falar”. Com a pesquisadora permaneceu essa lembrança latente. Observávamos de longe ela e a professora conversando em LIBRAS e sempre havia o desejo de saber o que elas estavam falando, ou seja, querendo compreendê-las. O tempo foi passando e como pesquisadora procurou-se aprender, conhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), fez-se um curso básico de LIBRAS na Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos

(ABADA). Esta experiência prazerosa fez com que a pesquisadora buscasse outros cursos de capacitação com o intuito de profissionalização nesta área. Na época havia poucas oportunidades de cursos na região de Blumenau para especializar-se era preciso deslocar-se a cidade de Florianópolis ou Curitiba. Então, decidiu-se por fazer a faculdade de Pedagogia, na Uniasselvi em Indaial SC, e assim que se formou em Setembro de 2014, havia o interesse de cursar uma pós-graduação. Ao pesquisar o *site* da UFPR viu-se que estavam oferecendo a Pós Graduação em Gênero e Diversidade na Escola a matrícula ocorreu, e agora diante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pesquisa-se algo que sempre se desejou entender.

Outro fato que impulsionou esta pesquisa é o desconhecimento que estudantes têm sobre a LIBRAS e as leis de inclusão. Desconhecem o processo cognitivo dos surdos. Dessa forma a relevância da pesquisa está em atribuir um significado específico ao tema analisando o processo de aprendizagem dos alunos surdos, e também dos professores em capacitar-se para ensinar estes alunos. Desta forma, a contribuição está em apresentar a relação entre alunos surdos e professores, e também no ensino e aprendizagem dos mesmos.

Na próxima seção abordaremos as leis que regem a Educação Inclusiva no Brasil, com enfoque na Lei de LIBRAS, e na Lei que regulariza a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

A LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SURDOS NO BRASIL

Será abordado neste tópico a Legislação e normas que embasam a Política Nacional de Educação Especial no Brasil. A Educação Inclusiva já é realidade e vem se modificando dentro das necessidades dos alunos portadores de deficiências em geral para que tenham suas necessidades atendidas.

As leis que regem os planos educacionais a respeito da Educação Especial tem como principal base a Constituição Federal do Brasil de 1988, que tem como prioridade o Artigo 205, que determina:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (p. 136).

No Brasil, a Lei nº 10.436/2002, chamada de Lei de LIBRAS e o Decreto nº 5.626/2005, que a regulamenta, formalizam o reconhecimento dos direitos linguísticos dos Surdos brasileiros. A Lei de LIBRAS reconhece a Língua Brasileira de Sinais usada nas comunidades surdas brasileiras:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

De acordo com Mazzotta (2005), o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, sancionado pelo Presidente da República, regulamentou a Lei nº 10.436/02 que tratava da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e também o Artigo 18 da Lei 10.098/00, em seu Capítulo II, que trata da inclusão de LIBRAS como disciplina curricular. Artigo 3º no Inciso 1º e 2º afirma que:

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Outra conquista para a comunidade surda, foi a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, o que de certa forma alimenta a esperança dos surdos, em aumentar os profissionais da área, para que se tenha uma abrangência maior de intérpretes nas escolas, nas igrejas, em eventos públicos, etc.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da LIBRAS e da Língua Portuguesa.

Vimos até aqui que a legislação Brasileira converge em sua constituição Brasileira para a universalização do ensino. São formalizados e regulamentados os direitos linguísticos dos surdos Brasileiros. Os cursos de licenciatura tem a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular. A profissão de tradutor e intérprete é regulamentada. Percebemos que historicamente há um processo legislativo crescente em relação aos surdos brasileiros.

Inegavelmente há deficiência no cumprimento das mesmas, sabe-se que para que realmente estas leis sejam cumpridas a risca, como por exemplo, tendo um intérprete dentro de cada sala de aula em que tiver um aluno surdo, ainda demore mais um tempo, mais tão logo todos deverão se adequar para que aconteça, e assim a comunidade surda seja beneficiada com uma educação acessível a eles, e poderão usufruir de seus direitos como pessoas.

SURDEZ E ALGUMAS DEFINIÇÕES

A definição da surdez é a falta, caracterizada pela perda absoluta ou quase completa do sentido da audição. Na visão de Guiseppe Rinaldi (1997, p. 31):

Denomina-se como deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Ela também é caracterizada por dois grupos: o congênito que o indivíduo já nasce surdo, denominado como surdez pré-lingual, a qual ocorre antes da aquisição da linguagem; e as adquiridas, em que a perda da audição acontece no decorrer da vida e tanto pode ser pré ou pós-lingual, ou seja, acontecer antes ou após a aquisição da linguagem. Tanto uma quanto a outra traz transtornos irreversíveis para o indivíduo, uma vez que a deficiência auditiva leva o ser humano a uma condição de dependência pela falta do que é mais essencial o “ouvir o outro”, a comunicar-se de maneira normal.

Vygotsky foi um dos teóricos que mais trabalhou e pesquisou todas as áreas de deficiências inclusive a surdez, sendo ele o primeiro psicólogo que trouxe a psicologia para integrá-la à pedagogia, num trabalho em conjunto na formação e aquisição da linguagem. Ele observa que a surdez é a deficiência que mais causa danos ao ser humano. Conforme Vygotsky, (apud GOLDFELD 2002, p. 80),

A surdez causa maiores danos ao homem do que ao animal, por atingir exatamente a função que os diferencia, a linguagem e sua infinita possibilidade de utilização. Lembrando que é a linguagem que permite o salto do sensorial, que rege a vida dos animais, para o racional, que rege a vida humana, pelas leis sócio-históricas.

Do ponto de vista da saúde, a surdez, de acordo com Goldfeld (2002), traz danos irreversíveis ao ser humano que traduz tal problema como uma doença que requer tratamento, porém, do ponto de vista da educação, a falta de comunicação que rege a vida do surdo é apenas uma dificuldade normal que pode ser superada com a inclusão deste aluno, por exemplo, na Língua de Sinais. Portanto, a surdez em si não deve ser considerada uma deficiência de incapacitação, pois apesar da discriminação e das diferenças que os envolvem, o surdo está conquistando seu espaço na sociedade.

Segundo Piaget (apud LUCHESI 2003, p. 17), “a atividade cognitiva do surdo é igual à do ouvinte, atribuindo as diferenças encontradas às diferentes experiências vivenciadas, principalmente no que se refere às experiências comunicativas”. Nessa perspectiva, a surdez e a falta da fala não impedem o crescimento e desenvolvimento intelectual da criança. É preciso que ela seja estimulada a desenvolver suas habilidades cognitivas de comunicação.

Para Vygotsky (apud GOLDFELD 2002, p. 82), “conclui então que a criança surda deve adquirir a linguagem da mesma forma que as crianças ouvintes, seguindo as mesmas etapas”. Conforme esses dois mestres teóricos que tanto contribuíram para a educação, Piaget e Vygotsky, a aquisição da linguagem do surdo deve ser tratada com a maior naturalidade possível, isto é, ele próprio vai aprender a se expressar com a convivência e experiências cotidianas.

Como vimos até aqui, para Guiseppe Rinaldi (1997), é considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, o que para Goldfeld (2002), traz danos irreversíveis ao ser humano. Contudo, a atividade cognitiva do surdo é

igual a do ouvinte, e por sua vez não impede o crescimento e desenvolvimento intelectual da criança.

METODOLOGIA

ALUNOS SURDOS E PROFESSORES: AÇÕES NECESSÁRIAS

Salientamos abaixo ações fundamentais em relação ao aluno surdo na escola. Estas ações estão pautadas a luz das leis e teóricos que nos serviram de fundamentação e já foram devidamente citados neste estudo. Estas ações visam facilitar o aprendizado, e também a participação dos alunos surdos em sala de aula. Antes de qualquer coisa, deve se promover a conscientização de todos na escola, desde diretores, professores e alunos, e até mesmo os pais dos alunos sobre a inclusão nas escolas dos alunos surdos, deficientes físicos, visuais e intelectuais no sentido de que todos tem direito a Educação, todos tem direitos e deveres, e todos devemos respeitar uns aos outros. Segue abaixo as ações necessárias:

- Ter um intérprete na sala em que tiver aluno surdo, caso não seja possível, conscientizar o professor, de sempre fazer a explicação do assunto de frente para o aluno para que ele possa fazer a leitura labial, e evitar ao máximo ficar mexendo seus braços para que não atrapalhe a concentração do aluno;
- Levar a todos os alunos da classe que tem o aluno surdo, o conhecimento da LIBRAS, de forma simples, porém que possam todos se comunicar com ele. Podendo incluir a matéria de LIBRAS nessa classe, sendo ensinado pela própria intérprete deste aluno;
- Propor atividades que mostre as dificuldades desse aluno surdo, para que os demais entendam como ele vive. Como exemplo propor que todos os alunos façam uma atividade em que ninguém fale, e que seja tudo através de sinal;

- Usar tecnologia para facilitar a comunicação, como vídeos, retroprojetor, computadores, entre outros;
- Utilizar fotos, desenhos, revistas, para facilitar o entendimento;
- Fazer atividades onde todos participem nunca excluir este aluno das atividades, deixar com que ele participe da forma que ele consegue, para sempre promover a integração de todos os alunos;
- Promover atividades de melhor integração entre os alunos, o que fará bem a todos os alunos, como danças, pinturas, artesanato, entre outros;
- Aos professores, respeitarem a regra gramatical da comunidade surda;
- Nas provas aplicadas, ter uma diferenciação na correção ou elaborar junto ao intérprete uma prova especial, que facilite o entendimento do aluno;

Para a Escola no geral:

- Instalar sistema de campainha com luminoso;
- Que toda reunião escolar, com ou sem presença do aluno, tenha a presença do intérprete;
- Seja introduzida palestra sobre a cultura surda, mostrando a todos e ao aluno o respeito e curiosidade pela sua cultura.

No entanto, para que tudo isso aconteça à escola e os professores precisam de estrutura e capacitações solidificadas. Diante disso pensamos também em ações fundamentais em relação ao professor do aluno surdo na escola. Explicitamos novamente que as ações estão pautadas a luz das leis e teóricos que nos serviram de fundamentação e já foram devidamente citados neste estudo. São elas:

- Conscientizar o professor, de sempre fazer a explicação do assunto de frente para o aluno, e também de forma pausada para que ele possa fazer a leitura labial, evitar ao máximo de ficar mexendo seus braços para que não atrapalhe a concentração do aluno;
- Introduzir um livro trazendo imagens dos sinais (LIBRAS), principalmente os sinais que mais serão utilizados, como cumprimentos, pedidos feitos pelos os alunos diariamente, como ir ao banheiro, tomar água, entre outros;
- Ter em sala de aula um Professor de LIBRAS para ensinar os sinais aos educandos, pois apenas visualizar os sinais no livro, muitas vezes não se faz entender, o Professor de Libras ensinará como fazê-lo, ensinará as configurações de mão, e a importância da expressão quando fizer o sinal;
- Passar aos educandos sobre a cultura surda, pois é importante que você conheça a cultura do seu aluno para que você possa entendê-lo melhor;
- Mostrar como é o entendimento do surdo, mostrar que eles não conjugam verbo, por isso tem dificuldade em ler, e escrever. Para que ele possa avaliar melhor o aluno;
- Mostrar a importância do uso de imagens, figuras, filmagens, deixar o aluno surdo participar das atividades, e elaborar atividades que Eles possam participar.

Para finalizar, compreendemos que a disciplina de LIBRAS que já faz parte da grade curricular dos cursos de licenciatura pode despertar o interesse em um estudo aprofundado influenciando o surgimento de mais profissionais na área de LIBRAS e Intérpretes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação contextualizada nas escolas foi de suma importância para esta pesquisa. A pesquisadora obteve, por meio do questionário, observações e também de diálogos sobre o assunto, o entendimento da situação da inclusão dos alunos surdos no contexto das escolas campo do estudo. A seguir serão apresentados exemplos de fatos e informações assim levantados.

Uma das situações mais marcantes encontradas foi exposta por uma diretora. Ao ser questionada sobre a capacidade e preparação dos professores para receber os alunos surdos na escola, respondeu que infelizmente não tem nenhum profissional especializado e nem capacitado para receber o aluno surdo em sala de aula. Ela também descreveu uma situação ocorrida na escola em relação ao estudante surdo. Na ocasião citada, os alunos estavam estudando o conceito de vaporização e naquele dia se fez necessário levar o aluno surdo até a cozinha da escola, colocar uma chaleira com água no fogo e esperar a água ferver, isso para poder mostrar o vapor ao aluno surdo e dessa forma atingir o objetivo de ensino. Esse exemplo mostrar uma das formas alternativas de ensinar o conceito ao estudante, tendo em vista que a professora desconhece LIBRAS e a escola não possui um intérprete. A partir da resposta da Diretora foi possível perceber a preocupação e boa vontade dos mesmos em ensinar e ajudar os alunos surdos a compreenderem o que lhes é proposto. Porém, de outro lado é visível que as escolas não foram capacitadas e preparadas para receber os alunos surdos, sendo notória a falta de preparo e de conhecimento da diretora e professores em relação a LIBRAS, o que prejudica a aprendizagem desses estudantes.

Nas escolas que possuem o intérprete não há essa dificuldade na comunicação. Porém, como já seria esperado, nas que não o têm os professores são despreparados, desconhecem a LIBRAS, assim necessitam ensinar esses alunos e procuram formas alternativas para ajudar os surdo no processo de aprendizagem.

Essa realidade estudada permite compreender Gesser (2010) quando cita que a LIBRAS é a primeira língua do estudante surdo, sendo por meio dela a forma adequada de comunicação para o ensino dos mesmos. Neste sentido, o professor

que não dispõe desse recurso acaba também não sabendo como avaliar a aprendizagem. Assim, o aluno surdo e o professor perdem a oportunidade de utilizar a avaliação como um meio de promover novas aprendizagens.

Apesar de haver algumas leis promulgadas, foi possível observar que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que realmente estas sejam postas em prática de forma abrangente nas escolas. Essa afirmação é reforçada pela constatação de que um dos principais pontos da legislação é dificilmente cumprido, pois a falta de intérpretes (profissional habilitado em Libras) foi largamente observada no estudo. Nas escolas foi possível observar que existe a especulação de que um dos motivos que podem justificar a falta de intérpretes seria devido a dificuldade na aprendizagem de Libras. Nesse sentido, foi relatado por várias professoras das escolas que, por ser uma língua gesto-visual, acham que é muito difícil aprender, e acabam não tendo interesse na área. Outro motivo levantado é a falta de oferta por instituições competentes de cursos de formação, especialização e formação continuada na área.

Essas informações reforçam a urgente necessidade da mantenedora buscar soluções para atender os direitos desses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou a utilização da Libras nas escolas, e mostrou sua função primordial como primeira língua para os estudantes surdos. A Libras é sua língua materna, seu meio de comunicação, tanto com outros surdos, como com os ouvintes. Então, quando o aluno surdo chega à sala de aula sem um Intérprete de Libras vimos que isso interfere em seu processo de ensino e aprendizagem.

Quando a Libras não está presente, ele necessita aprender uma outra língua, o que é tão ou mais difícil que para um ouvinte aprender uma segunda língua. Nesse caso, ele precisa buscar recursos alternativos, como por exemplo, se concentrar e utilizar a leitura labial. O que não é o suficiente para ele aprender, pois o professor não fica o tempo todo falando a sua frente, às vezes vira-se para um lado e para outro, e às vezes está de costas para escrever no quadro negro e nesses momentos o aluno perde informações, o que dificulta ainda mais seu aprendizado.

Para que o estudante surdo possa ter uma formação completa é necessário que a escola tenha, no mínimo, um Intérprete em sala de aula, para facilitar sua comunicação. Nas escolas estudadas foi possível perceber a necessidade de que tenham salas multifuncionais para que os professores disponham instrumentos de ensino que facilitem a aprendizagem do aluno surdo.

Muitas escolas já estão adaptadas e outras estão se adaptando estruturalmente para a inclusão de pessoas com necessidades especiais. A acessibilidade para as crianças com necessidades especiais ao chegarem às escolas é fundamental com fácil acesso de locomoção, além de banheiros acessíveis e assim por diante. Porém, por outro lado ainda necessita-se que os professores e demais profissionais das escolas sejam preparados para receber esses estudantes.

Nos colégios observados foi possível perceber que todos tem boa vontade e se esforçam para os receberem bem seus alunos. Porém, falta preparação para saber lidar com cada tipo de deficiência, saber se comunicar e desenvolver a aprendizagem. Conclui-se que apesar das Leis de Inclusão na prática há um caminho a ser percorrido até que realmente elas sejam efetivamente cumpridas. E um dos principais motivos apontados no contexto desse estudo é a escassez de profissionais da área (professores de Libras e Intérpretes).

Na região das escolas investigadas percebe-se que há falta de cursos na área e de divulgação apropriada da Libras. Nessa questão, a inclusão obrigatória da disciplina de Libras nas grades curriculares das licenciaturas poderá estimular os novos profissionais a buscar aprofundamento de conhecimentos nessa área. Dessa forma, cursos oferecidos pelos governos para os professores já formados necessitam maior.

O caminho a ser percorrido é longo e desafiador, por esse motivo entendemos que essa pesquisa não se esgota aqui. Como possibilidade seria viável aprofundar a análise dos dados coletados nas entrevistas realizadas nas escolas. Dessa forma, a visão dos entrevistados pode suscitar uma compreensão aprofundada sobre os problemas atualmente enfrentados pela escola no que diz respeito à inclusão de alunos surdos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nova LDB 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 2002.

BRASIL. **Declaração de Sala manca**. Brasília: UNESCO, 1994.

GESSER, Audrei. **Metodologia de Ensino em Libras como L2**. In: PEREIRA, A. T. C.; STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. Coleção Letras/Libras, 2010. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2012.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

IVIC, Ivan. **Lev Semionovich Vygotsky**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massngana, 2010.

LUCHESEI, Maria Regina Chirichella. **Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas**. Campinas, S P: Papyrus, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

QUADROS,R.M. de.. **O 'BI' em bilinguismo na educação de surdos** In: FERNANDES, E (Org). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 30.

RINALD, Guisepe. **Deficiência auditiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP/MEC, 1997.